



Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados

Relatório de Visita Institucional Escola Judicial da Paraíba (ESMA)



Relatório de Viagem

Relatório de Visita Institucional — Reunião Técnica na Escola Judicial da Paraíba (ESMA)

Data da Visita: 24 de novembro de 2025

Local: ESMA – João Pessoa/Paraíba

Equipe Técnica da ENFAM:

- Dr. Ilan Presser – Secretário-Geral da Enfam;
- Dr. Leonardo Peter da Silva – Secretário-Executivo da Enfam;
- Mariana Camargo Rocha – Secretária de Gestão Acadêmica e Formação;
- Iraci Guimarães – Chefe da Seção de Programas de Formação;
- Tiago Vilafani Udry – Chefe do Núcleo de Relações Interinstitucionais e Internacionais;
- Fernanda Filgueiras – Secretária de Gestão Administrativa, de Orçamento e Finanças;
- Luciana Luzia Cardoso – Seção de Credenciamento e Acompanhamento de Cursos;
- Deborah Lacerda – Seção de Programas de Formação.

Equipe Técnica da ESMA/PB:

- Desembargador Joás de Brito Pereira – Diretor da Escola;
- Juíza Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega – Diretora Adjunta;
- Flávio Romero Guimarães – Gerente Acadêmico e de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores;
- Gisele Alves Barros – Gerente Administrativa e Financeira;
- Daiane Firmino – Coordenação Pedagógica;
- Maria dos Remédios – Coordenação/Equipe Pedagógica;
- Alexandra – Coordenação/Equipe Pedagógica;
- Bianca – Equipe pedagógica/educacional;
- Valquíria – Assessoria pedagógica/Jornalismo;
- Rodrigo – Equipe da Escola.

1. Apresentação da Escola e Contexto Institucional

A ESMA/PB foi criada em 1983 com foco na formação e aperfeiçoamento de magistrados e, ao longo do tempo, ampliou a atuação para a capacitação de servidores e oferta de formações híbridas.

A escola passou a atuar como Escola de Governo e a ofertar cursos de pós-graduação, incorporando o EAD de forma estruturada a partir de 2017.

Entre 2022 e 2025 houve um salto qualitativo com estruturação da coordenação pedagógica e consolidação de cursos híbridos, mestrados e doutorados em parceria com universidades.

2. Portfólio Acadêmico e Produção Científica

Parcerias com UNB, Universidade de Salamanca, UFPB e UEPB para mestrados e doutorados, voltados a magistrados e servidores.

Os projetos de pesquisa devem estar alinhados às demandas estratégicas do tribunal (saúde mental, políticas públicas, sustentabilidade, ciência política, inovação, entre outros).

Revista "Cognitio – Direito, Políticas e Desenvolvimento", em sua 4ª edição, com selo próprio em parceria com a universidade.

Realização do Congresso Internacional da ESMA (CIDESMA), com foco acadêmico-científico, incluindo minicursos, rodas de conversa e apresentações orais.

3. Ações Formativas, Metodologias e Público

A ESMA reporta crescimento expressivo no número de cursos: 79 em 2023, 123 em 2024 e 178 em 2025.

As modalidades mais utilizadas são EAD com aulas síncronas e cursos híbridos, que combinam momentos síncronos, assíncronos e presenciais, sendo os presenciais muito valorizados, mas com desafios logísticos.

A coordenação pedagógica reforça a necessidade de abordagem interdisciplinar, superando o foco exclusivo no direito e incorporando diferentes áreas do conhecimento.

A escola destaca a demanda por ofertas presenciais no interior, vinculadas ao movimento de interiorização da Presidência e a programas como "gestão em movimento".

Projetos de extensão incluem ações como "cinema na escola" e "manhã de direitos", com crianças de projetos sociais e escolas públicas, articulando educação em direitos e aproximação com a magistratura.

A escola adota estratégias de convocação e trilhas autoinstrucionais (CNJ) para atingir metas de acessibilidade e ampliar o alcance de suas ações.

4. Estrutura, Orçamento e Tecnologia

Estrutura composta por Conselho Superior, Diretoria, Diretoria Adjunta, gerências acadêmica e administrativa/financeira e coordenação pedagógica.

Equipe: 12 magistrados, 32 servidores (efetivos, comissionados, requisitados), 9 terceirizados e 2 estagiários em pedagogia, atendendo cerca de 255 magistrados e 4.197 servidores.

Orçamento anual em torno de R\$ 2 milhões (2024) e R\$ 3 milhões (2025), com repasse dos recursos do Tribunal às fundações universitárias parceiras.

Desenvolvimento do sistema de gestão acadêmica GEAD, que deverá gerenciar todo o ciclo formativo, da inscrição à certificação, substituindo gradualmente o uso do EducaEnfam.

5. Temas Debatidos com a Enfam

A ESMA relata dificuldades com o credenciamento de cursos, especialmente de curta duração (6h, 8h, 1 dia) e com turmas mistas magistrados/servidores, o que impacta promoção, vitaliciedade e remoção.

Defendem a importância do FOFO como base pedagógica, e questionam a equivalência automática com mestrado/doutorado e os critérios para formadores estrangeiros, bem como os limites da liberdade de cátedra.

A equipe destaca a necessidade de definir melhor o desenho instrucional de cursos técnicos com público-alvo misto, em que servidores atuam como assessores diretos dos magistrados.

Debate sobre a criação da Escola Nacional de Servidores (ENAJU), seus impactos no credenciamento e na articulação com a Enfam e as escolas judiciais.

A ESMA reforça que a pesquisa acadêmica e as formações devem estar alinhadas às diretrizes da Presidência e contribuir diretamente para a melhoria das ações do tribunal.

6. Demandas, Encaminhamentos e Pedidos da ESMA/PB

Definição mais clara dos critérios para formadores estrangeiros, evitando assimetria em relação às exigências feitas a docentes nacionais.

Flexibilização do prazo e das regras de credenciamento, especialmente para cursos e eventos de curta duração (menos de 12h) e ações rápidas.

Solicitação de critérios específicos para credenciamento de eventos com metodologias ativas e oficinas com peso relevante da carga horária.

Proposta de manter turmas com vagas compartilhadas entre magistrados e servidores (meio a meio) e receber apoio da ENFAM no desenho instrucional de cursos técnicos.

Pedido de normativo nacional que indique a estrutura mínima das escolas judiciais, com ênfase na existência e perfil das coordenações educacionais.

Solicitação de formação continuada específica para gestores, docentes, equipes educacionais e equipes de EAD (incluindo a ideia de um "FOFO N2" ou formações para gestores de escolas).

Pedido de mobilização da RENEJUM e realização de encontros periódicos para troca de experiências e boas práticas, administrativas e educacionais.

Solicitação de manutenção e fortalecimento das ações de formação docente e pedagógica promovidas pela Enfam.

Demanda para que a Enfam apoie a reflexão sobre o impacto da futura escola nacional de servidores (ENAJU) no credenciamento e na política de formação.









